A luta feminina por direitos em consonância com o pensamento de Lima Vaz

*Ana Clara dos Reis Trindade Ferrer Monteiro*¹

Resumo: Desde que o patriarcado tomou conta das vidas femininas, mulheres de todas as partes do mundo vem lutando para romper com essa barreira. Muitas mudanças já foram feitas e muitas estão por vir, fazendo com que cada vez a mulher se iguale aos homens tanto no mundo empírico, quanto no mundo das ideias. Pegando como estudo a realidade da mulher no Brasil, infere-se que, mesmo com a Constituição Federal de 1988, esta que trouxe direitos iguais para ambos os sexos, ainda não é possível verificar, na realidade, essa efetivação de direitos, afinal, o que é preciso para que as mulheres ocupem o lugar de igualdade perante a sociedade? Pegando como base o pensamento de Lima Vaz, o presente artigo envolve as ideias do referido filósofo e as práticas adotadas pelas mulheres em movimentos históricos, bem como quais atos serão necessários para que não haja somente a igualdade no papel, mas sim a justiça e a igualdade na prática.

Palavras-chave: Luta por igualdade; Lima Vaz; Patriarcado.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se propõe possui como tema a análise dos direitos das mulheres e a justiça na sociedade perante o feminino correlacionando-os com o pensamento do Padre Henrique Cláudio Lima Vaz. O objetivo do trabalho é relacionar o pensamento do Padre Lima Vaz com a situação atual da mulher na sociedade, a pesquisa pertence, predominantemente, ao método dedutivo, o instrumento utilizado, de forma preponderante, é a pesquisa bibliográfica derivada de fontes como livros, artigos e revistas científicas.

Para o desenvolvimento do tema proposto é essencial que se tenha como base os conceitos de justiça, ética e direito conforme a ideia de Lima Vaz. A justiça é uma virtude moral que se conecta com a ética individual de um indivíduo posta em prática com seu próximo, logo, a justiça é uma virtude que se exerce em comunidade, já que ela é indissociável da ética, estabelecendo assim, uma comunidade ética.

Outro conceito indispensável para se estabelecer a relação entre os direitos das mulheres e as ideias de Lima Vaz é a ideia referente ao direito, para o autor, a justiça existe tanto como virtude, como quanto lei, mas ambas são construídas a partir da própria ideia de justiça baseada na ética, portanto, o que possibilita a existência da convivência em sociedade é

---

¹ Graduanda em Direito, na modalidade Integral, pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Integrante do Grupo de Iniciação Científica “Teoria da Justiça como reconhecimento: uma análise jurídica dos conceitos de igualdade, liberdade e vida pública”, coordenado pelos professores Marcelo Rocha e Enio Biaggi da ESDHC. E-mail: anaclaraonepiece@gmail.com

o estabelecimento de determinada lei que, ao entrar em contato com o convívio humano, é absorvida pelos indivíduos como a razão do porquê agir com ética e justiça, sendo esta razão chamada de direito.

A partir desses juízos, passa-se a analisar a esfera da mulher, ficando visível que os movimentos feministas vem tentando efetivar os direitos das mulheres que já foram conquistados no papel, bem como conquistar outros direitos no que se refere a parte teórica, o que vai ao encontro com o pensamento de Lima Vaz no tocante a ideia de que para uma comunidade se configurar como justa e ética é necessariamente preciso a existência da justiça como moral, como própria do indivíduo, juntamente com a justiça como lei justa na comunidade.

Também é possível inferir que a luta feminista, mesmo conquistando os direitos no papel, que no caso, seria a justiça proveniente da lei, para que a sociedade realmente mude o comportamento misógino perante a mulher, é necessário a consciência de cada indivíduo em seu agir, no caso o agir com ética uns com os outros, para somente assim, conseguirmos viver em uma comunidade ética com igualdade de gênero, fazendo com que a mulher se estabeleça de igual para igual perante o homem, seja na esfera profissional, familiar, dentre outras.

2. A LUTA FEMININA E OS DIREITOS CONQUISTADOS NO BRASIL

Um dos maiores movimentos que possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho e aquisição de determinados direitos, foi a Segunda Guerra Mundial. Como os homens precisaram sair da linha de produção e se dirigirem para as frentes de batalha, as mulheres passaram a trabalhar, neste lugar que antes pertencia, de maneira esmagadora, aos homens. Com a vigência forte do patriarcado, para muitas pessoas, principalmente as mais conservadoras, as mulheres deveriam cuidar apenas do espaço privado, da educação dos filhos, da ordem doméstica, além da necessidade de cuidar de sua honra vestindo-se adequadamente, sabendo se comportar com recato.

No entanto, com essa necessidade de ocupação das indústrias, na classe operária as mulheres já estavam trabalhando nas fábricas têxteis ou trabalhando como empregadas domésticas, entre outras ocupações. Também é importante o fato de que, mesmo antes do paradigma da Segunda Guerra Mundial, já existiam mulheres que trabalhavam como professoras, enfermeiras, secretárias, ainda que não fosse de forma contínua e mesmo sem ser um número considerável.

Na construção da legislação brasileira o patriarcado sempre foi muito marcante. De acordo com o Código Civil de 1916, a mulher só poderia trabalhar fora caso o marido lhe concedesse autorização, apenas no ano de 1943 que, de acordo com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), esse cenário mudou. No Brasil, mulheres só puderam frequentar a escola básica a partir de 1927. E nas universidades isso só aconteceu mais de 50 anos depois, em 1979. Outra grande causa da luta feminina foi possuir o direito ao voto, este que foi conquistado somente em 1932.

Outro absurdo que pode ser encontrado no Código Civil de 1916 é o fato de que só o homem era responsável pela família e o casamento poderia ser anulado pelo marido caso descobrisse que a esposa não era virgem, ou seja, a mulher não tinha controle do seu próprio corpo e, infelizmente, atualmente essa luta para a emancipação do corpo feminino continua a ser travada perante posicionamentos retrógrados e conservadores. Vale ressaltar que quanto ao Código Civil de 1916, era permitido que a família da noiva poderia deserdá-la, regras essas que só foram ser alteradas em 2002.

Retomando a questão do empoderamento sobre o corpo da mulher, importante é a data em que o anticoncepcional começou a ser vendido no Brasil, possibilitando assim, que a mulher pudesse ter controle sobre eventual gravidez indesejada, essa data se refere a 1962, o que já era considerado tardio em comparação com os outros países no mundo. Infelizmente com o patriarcado enraizado na cultura brasileira, muitas pessoas, inclusive as próprias mulheres, tinham como pensamento que a utilização de anticoncepcional era errada e o medicamento era utilizado somente para mulheres que atuavam na prostituição ou possuíam relações amorosas com pessoa diversa de seu marido, mas mesmo com estes estereótipos, a comercialização do anticoncepcional se caracterizou como uma grande conquista.

Quanto as questões criminais, a primeira Delegacia da Mulher foi criada em 1985, para tentar solucionar os casos em que a mulher não conseguia respaldo jurídico nem ao recorrer à justiça, pois esta concordava com as atitudes do marido, possuíam como foco nas ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres. No ano de 2006, surgiu a Lei Maria da Penha, com mecanismo para punições em caso de violência doméstica, dando mais segurança jurídica para as mulheres que sofrem com atitudes agressivas nas relações de gênero.

Para reafirmar que os direitos básicos não eram acessíveis para as mulheres, destaca-se o decreto da Era Vargas, onde ficava estabelecido claramente que as mulheres não podiam praticar esportes incompatíveis com as “condições de sua natureza”. O argumento era de que a prática feria a chamada “natureza feminina” e com isso, de 1941 até 1979, era impossível que as mulheres praticassem esportes e somente em 1983, houve a regulamentação do futebol feminino veio, mas atualmente é possível se verificar reflexos desse pensamento de natureza feminina quanto aos esportes, como o pouco incentivo ao futebol feminino e a falta de patrocinadores.

Diante de tantos avanços legislativos e na vida cotidiana, o que realmente falta para que todos esses direitos conquistados e, os direitos que ainda serão adquiridos pelas mulheres, sejam efetivados e cumpridos pela população? Não é somente a questão de punibilidade, não é pelo medo de sanções que a sociedade precisa respeitar as mulheres, mas sim pela condição de igualdade, as mulheres são iguais aos homens e merecem os mesmos direitos e tratamento que eles, é necessário a equidade nos casos em que a biologia influencia, é necessário educação, respeito e consciência, é por isso que o pensamento de Limas Vaz se entrelaça com as buscas feministas.

3. EXPLICITAÇÃO DOS CONCEITOS NECESSÁRIOS PARA ENTRELAÇAR O PENSAMENTO DE LIMA VAZ COM O MOVIMENTO FEMINISTA

Ao correlacionar o pensamento de Lima Vaz com a luta feminina na aquisição de direitos e garantias na realidade, é necessário a exposição breve de três conceitos que se fazem fortemente presente na teoria do referido pensador e já foram apresentados de maneira superficial na introdução do presente artigo. São eles: justiça, ética e direito; sendo que a justiça é indissociável da ética e ela se desmembra em justiça legal, aquela que tem relação direta com o direito e em justiça moral, que é a virtude exercida em comunidade para atingir a comunidade ética.

Para o pensamento de Lima Vaz, a justiça aparece como peça principal para se concretizar a chamada “comunidade ética”. Para o filósofo, essa comunidade ética seria a sociedade ideal para se atingir, podemos dizer que seria, dentro do mundo em que vivemos, o melhor cenário possível para se alcançar. A partir desse pensamento, é imprescindível que a justiça componha um dos elementos necessários para se atingir a comunidade ideal. Viver uma vida ética com os outros será, primeiramente, viver uma vida justa.

A justiça se caracteriza como uma virtude moral. A justiça que se exprime na igualdade é que torna possível a interação entre os indivíduos de maneira ética, formando assim, a comunidade ética, ou seja, quando dois indivíduos pertencentes a mesma comunidade, comunicam e interagem entre si, se esse ato for feito com justiça, nasce a ética individual, possibilitando o surgimento da comunidade ética. Como a justiça pressupõe a vivência em sociedade, não é possível exercê-la sozinha, não existe a possibilidade do homem ser justo consigo mesmo, a justiça se exerce em comunidade, sendo indissociável da ética individual de cada pessoa.

A ética, como previamente mencionado, se constitui como o ato da pessoa. O indivíduo que age de maneira impropria com o outro, age com ética perante o outro e caracteriza a justiça, com a justiça implementada, é possível enxergar a comunidade ética. Como esses dois conceitos estão totalmente entrelaçados, é importante que se tenha a consciência individual no cotidiano, só é possível conviver em uma sociedade com a atitude justa, com o comportamento correto.

Para o autor, a justiça se desmembra como virtude, esta que já foi exposta anteriormente, e como lei, sendo que ambos os conceitos possuem como base a justiça entrelaçada com a ética. A justiça como lei é a legislação que está presente em determinada sociedade que, ao entrar em vigor, ao ter poder de imperatividade perante os indivíduos, a razão pelo qual a pessoa obedece o que a lei dispõe, essa razão da ação, é a chamada de direito, como exemplificado na seguinte fala de Lima Vaz (2000, p.179) “[...] a lei que regula a prática universal da justiça na sociedade política é acolhida na mente dos cidadãos como a razão de seu agir eticamente e politicamente justo, e recebe sua objetivação social no Direito.”

4. PENSAMENTO DE LIMA VAZ EM CONSONÂNCIA COM O FEMINISMO

No momento em que os conceitos estão suficientemente mencionados para a proposta da pesquisa, é possível o envolvimento com os movimentos feministas, a aquisição de direitos e uma vertente de ideias para serem seguidas e compreendidas com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero.

As mulheres sempre lutaram para conseguir direitos iguais, mas nem sempre essa conquista legislativa representava um avanço na realidade. Muitas questões estão relacionadas diretamente a falta de acesso a educação de qualidade que a maioria dos brasileiros estão submetidos. Com a escolarização falha, o indivíduo cresce com os princípios da comunidade em que vive, comunidade esta que está regida pelos costumes retrógrados e preconceituosos deixados pela história da humanidade.

Pode-se analisar o fato da educação na prática, uma vez que em bilhas sociais mais pobres, o preconceito está como um costume, está enraizado na criação das pessoas, o cidadão não tem a consciência de que sua atitude está errada, pois em sua vivência é considerado como a normalidade, diferentemente das bolhas sociais de classes mais ricas economicamente, estas que o preconceito, além de ser menos presente, ele se encontra de maneira velada, as pessoas sabem que é errado e, em sua maioria, não possuem atos misóginos por medo do julgamento dos próprios indivíduos, mas continuam propagando o preconceito de maneira velada.

Partindo como ponto inicial a educação que as pessoas precisam ter acesso, para entenderem o motivo pelo qual certas atitudes e costumes da sociedade brasileira ainda são retrógrados e prejudiciais, também se faz necessário o íntimo do indivíduo, uma vez que a educação é capaz de conter os atos preconceituosos, mas não tem a possibilidade de erradicá-los de todos os indivíduos.

Com o objetivo de atingir a justiça moral da pessoa, para assim criar-se uma comunidade ética, faz-se necessária a consciência individual de cada cidadão, é no seu mais profundo âmago que essa mudança terá que ser realizada. Com a justiça moral prevalecendo nas atitudes humanas, o indivíduo irá seguir a lei, não com medo de sofrer alguma sanção, não por medo de ser julgado dentro de sua bolha social, não para agradar a pessoa que está se relacionando, mas sim por entender, no cerne de seu pensamento, o real motivo pelo qual é melhor agir eticamente.

Com a criação e entrada em vigor de algumas leis que asseguram a igualdade de gênero e que tentam proteger a mulher, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Maria da Penha, criação da delegacia da mulher, direitos trabalhistas, dentre outras legislações, a sociedade já foi se adequando para novos paradigmas, mas infelizmente, na prática ainda existe a dificuldade da mulher se inserir no mercado de trabalho, se inserir na sociedade como sujeito igual ao homem.

Essa segregação das mulheres em esferas da vida humana é prejudicial tanto para a mulher quanto para toda a sociedade em si, uma vez que o é mais benéfico para todos que as mulheres consigam ser independentes, fazer suas próprias escolhas e poder contribuir para o interesse pública, como por exemplo concursos públicos que visam admitir a pessoa mais qualificada para ocupar determinado cargo, esta pessoa pode ser mulher, mas com o preconceito presente, quantas vezes elas já deixaram de atuar, casos em que seriam melhores que qualquer outra pessoa naquela profissão.

Tomando como referência a comunidade ética citada por Lima Vaz, para que seja possível alcançá-la ou chegar perto de seus ideais, é necessário a evolução moral das pessoas, somado com a educação e a oportunidade de enxergarem o mundo como um lugar livre de preconceitos, uma sociedade evoluída, evolui muito mais rápido que uma sociedade menos evoluída, ou seja, quando os indivíduos puderem ter acesso a uma educação legítima, a evolução do ser humano, na questão social, será alcançada de maneira mais célere.

Somente com a atitude de cada indivíduo, ou seja, somente com a justiça moral, que irá fazer com que a justiça legal seja respeitada, será possível que a igualdade de gênero seja atingida na prática, não adianta somente sanções e educação, pois estes fatores já existem em determinadas classes sociais como mencionado anteriormente, sendo de fácil percepção o machismo velado, já que o homem carrega consigo a ideia de poder, de que a mulher é uma propriedade, da ideia da “natureza masculina”, sendo necessário uma criação totalmente diferente para que o crescimento da pessoa seja com base na ética e na justiça moral que ela já carrega consigo, como afirma Lima Vaz:

O aparecimento da injustiça no horizonte da justiça pensada como categoria universal da vida ética na dimensão intersubjetiva assinala, por outro lado, a entrada do indivíduo que deve viver essa dimensão da vida ética sob o céu sem nuvens da justiça, no terreno coberto pelo céu nublado das situações ambíguas onde a injustiça pode medrar. (LIMA VAZ, 2000, p.184).

CONCLUSÃO

Após muitos movimentos sociais e revoluções feministas, as mulheres puderam ocupar o mesmo espaço social que os homens, ainda que de maneira minoritária e sempre sofrendo o estigma de “ser inferior”, de incapacidade para exercer determinadas atividades que fogem do “viés feminino” que a sociedade impôs sobre as mulheres, este que se caracteriza como frágil, dependente e inocente.

Com a necessidade de ser respeitada em todas as esferas da vida, a mulher procura meios para implementar, na prática, tudo o que já foi realizado na legislação, mas infelizmente, o homem, mesmo perante diversas sanções, não consegue dispor de seu local privilegiado, sendo necessário, para tal, que essas pessoas entendam o real motivo pelo qual deve se agir

com igualdade independente do gênero da pessoa, sendo caracterizado como direito na teoria de Lima Vaz.

Atualmente, com a igualdade de gênero conquistada nas legislações, pode-se inferir diretamente no pensamento de Lima Vaz, sendo que, para existir a igualdade na prática, além da educação, é preciso que cada pessoa exerça sua moral individual, fazendo assim com que, além da justiça legal, exista a justiça moral, imprescindível para se alcançar a comunidade ética.

Por fim, é possível visualizar no pensamento de Lima Vaz, a ligação com os direitos humanos e a necessidade de uma sociedade justa e benevolente, já que para ele, “somente no reconhecimento recíproco da dignidade entre os parceiros da relação do Nós como constitutiva da comunidade ética pode elevar essa relação ao nível da equidade e da igualdade: torná-la em suma, uma relação de justiça” (LIMA VAZ, 2000, p.203).

Sendo que, somente com a dignidade, respeito e ética individual, é possível alcançar a sociedade justa, tanto perante a mulher, quanto perante todas as outras pessoas que sofrem com o sistema cis e patriarcal em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Souza de Almeida (Org). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- BARSTED, Leila L. *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 119-137.
- BRASIL. *Lei nº 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.
- BRASIL, *Lei nº. 11.340*, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.
- CARDOSO, D. Padre Vaz presente. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, v. 2 n. 1, 2011, p. 1-7.
- HERRERO, F. J., *A recriação da tradição na antropologia filosófica de Pe. Vaz*, Revista Síntese, 2003, p. 5-12.
- HOOKS, Bell; LIBÂNIO Ana Luiza. *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. São Paulo: Rosas dos Tempos, 2018
- LERNER Gerda *A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens*. São Pulo: Pensamento-Cultrix Ltda, 2019.
- LIMA VAZ, H. C., *Crise e verdade da consciência moral*, Revista Síntese. Belo Horizonte, n.83, 1998.
- ROBELS, Martha. *Mulheres, Mitos e Deusas: O feminino através dos tempos*. Rio de Janeiro: Goya, 2019.
- SOLNIT Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.
- SOUSA, M. C. *Comunidade ética: sobre os princípios ontológicos da vida social em Henrique Cláudio de Lima Vaz* (Coleção Estudos Vazianos). São Paulo: Loyola, 2014.